Ata Número Doze

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente no auditório da Biblioteca Municipal, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:----------

---

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; ----------

2 - Designação de quatro representantes das Freguesias do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o quadriénio de 2017/2021; ----------

3 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal da Educação da Lousã; ----------

4 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de um substituto, nos termos do nº 2, do artigo 6º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses;----------

5 - Tomada de posse de membro do Conselho Municipal de Segurança, de acordo com o artigo 13º do respetivo Regulamento;----------

6 - Apreciação e votação para autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais para o ano 2020, sob proposta do Executivo;-------

7 - Apreciação e votação da proposta de isenção de taxas municipais, no ano de 2020, até ao valor anual de EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros), sob proposta do Executivo;----------

8 - Apreciação e votação da 4ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, sob proposta do Executivo; ----------

9 - Apreciação e votação da autorização de assunção de compromissos plurianuais no procedimento de empreitada de requalificação do Cineteatro da Lousã, sob proposta do Executivo;----------

10 - Apreciação e votação da proposta de Acordo de Financiamento para o exercício da competência de exploração do serviço público de transportes de passageiros, sob proposta do Executivo; ----------

11 - Apreciação e votação da proposta de aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, sob proposta do Executivo; ----------

12 - Apreciação e votação da proposta do Estudo Lousã - Horizonte 31, sob proposta do Executivo;----------

13 - Apreciação e votação do Orçamento, das Grandes Opções do Plano 2020, sob proposta do Executivo;----------

14 - Apreciação e votação da proposta de alteração da estrutura orgânica municipal e do respetivo regulamento de organização dos serviços municipais, sob proposta do Executivo;----------

15 - Apreciação e votação da proposta do mapa de pessoal resultante da alteração da estrutura orgânica municipal, aprovada pelo Órgão Executivo no dia 2 de dezembro, sob proposta do Executivo;----------

16 - Apreciação e votação da proposta de alteração à deliberação da Câmara Municipal de 16 de setembro e posterior deliberação do órgão deliberativo de 26 de setembro de 2019, referente à taxa geral de derrama para o ano 2020, em virtude de a deliberação municipal não estar de acordo com as instruções da Autoridade Tributária, sob proposta do Executivo;----------

17 - Apreciação e votação da proposta de desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal de um troço de caminho sito Quintais do Freixo, sob proposta do Executivo;----------

---

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Pedro Santos, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Paulo Simões e Raquel Marta Simões, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Ana Araújo, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Marco Antunes, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Pedro Tiago Dias e António José Rodrigues, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Marco Sequeira, do PS. Nuno Alexandre Marques, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Rosário Agostinho, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Joana Santos, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Luís Lourenço Marques e João Duarte, que justificou a falta e foi legalmente substituído por

Sérgio Pedroso, do PSD e Carlos Honório que justificou a falta e foi legalmente substituído por Aires Ventura do BE.----------

---

Seguidamente, **o Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a ata número onze, referente à sessão ordinária realizada no dia vinte e seis de setembro do ano de dois mil e dezanove, tendo sido aprovada por unanimidade, nos termos do número três, do artigo trinta e quatro do Código do Procedimento Administrativo – CPA, com 17 (dezassete) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE quando estavam presentes na sala 21 (vinte e um) elementos. ----------

---

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Não houve inscritos.----------

O Senhor Presidente da Mesa informou que a Mesa, nos termos da alínea d), do número 19º do Regimento da Assembleia Municipal, recebeu três Votos de Pesar, subscritos pelos partidos com assento naquele Órgão Deliberativo, solicitando que o porta-voz dos proponentes os apresentasse à assembleia para votação.----------

VOTOS DE PESAR: ----------

Aires Ventura apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do músico José Mário Branco. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 1 – (um)).----------

Colocado à votação foi aprovado por unanimidade com os votos do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e um elementos. Foi ainda deliberado dar conhecimento à família.----------

Joel Fernandes apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do político Português, Diogo Pinto de Freitas do Amaral. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 2 – (dois)).----------

Colocado à votação foi aprovado por maioria com os votos do PS, PSD, e BE, e uma abstenção da CDU, quando estavam presentes na sala vinte e um elementos. Foi ainda deliberado dar conhecimento à família. ----------

Joel Fernandes apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de José da Silva Nunes, autarca do Município da Lousã. Documento que por ser extenso

se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 3 – (três)).----------
Colocado à votação foi aprovado por unanimidade com os votos do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e um elementos. Foi ainda deliberado dar conhecimento à família.----------

---

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

Inscrições: Conceição Loureiro, António José Gonçalves, Marco Sequeira, Sérgio Pedroso, Joaquim Seco, Carolina Henriques, Helena Correia, Joel Fernandes, Ana Paula Sançana, João Pedro Melo. ----------

---

Conceição Loureiro interveio para se referir ao problema dos animais de rua, nomeadamente: cães e gatos. Disse ter tido conhecimento de um programa de esterilização em que as candidaturas foram inferiores ao esperado e por isso sobrou dinheiro. Reparou que a Câmara Municipal da Lousã, não constava da lista de candidaturas apresentadas. Por outro lado, deu nota que a Ordem dos Médicos Veterinários, disponibiliza um cheque ajuda para as famílias carenciadas para esterilização dos animais. Pediu informações sobre a participação da autarquia neste projeto e o que é que tem feito neste contexto.----------

António José Gonçalves feito os cumprimentou, endereçou a todos votos de boas festas. Seguidamente, pediu esclarecimentos sobre o ponto de situação da requalificação dos edifícios Museu e da Casa da Lagartixa, em virtude de constatar que há contínua degradação dos imóveis, partes partidas e outras furtadas. Pretendia ainda saber o que é que está previsto funcionar naqueles espaços públicos. Enalteceu a realização da Feira do Mel e Castanha, dizendo que foi um sucesso a todos os níveis. Felicitou Maria Aldina Martins, pela forma como tratou os membros do PSD, na tasquinha da Feira. Mencionou o facto do espaço se estar a tornar pequeno e as tendas já não resolverem a questão, porque há falta de ventilação e as pessoas não estão á vontade. No seu entendimento chegou o momento de "*pensar em grande*" e existir um grande pavilhão para eventos. Lamentou, no entanto, a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pedrogão Grande, "*porque não deixou uma boa imagem à maioria dos portugueses, nem tão pouco aos*

Lousanenses. Não trouxe nada de novo à feira, o que não pode dizer o mesmo dos outros Presidentes de Câmara." Referindo-se à Ponte do Boque, propôs à Comissão de Toponímia para que lhe seja dado um nome, porque a ponte não é do lugar do Boque, é do Concelho. Questionou **o Senhor Presidente da Câmara** sobre a iluminação de natal nas ruas da vila, porque, não sendo a empresa que habitualmente faz este serviço, disse, inclusivamente, ter visto umas camionetes vermelhas que lhe pareceram ser da empresa Helenos. Assim sendo, perguntou qual é a empresa ou as empresas que estão a fazer este serviço. Deu conhecimento de que há um boato que foi cortado parte do percurso dos passadiços, por isso, pediu esclarecimentos sobre esta situação. A concluir, afirmou que leu algures que os dejetos dos animais domésticos nas ruas dá origem a multas, pelo que gostaria de saber quem é que passa as multas, se é a GNR ou a Câmara Municipal e se já foi passada alguma multa, porque é importante fazê-lo e seriam receitas para a autarquia. **Marco Sequeira** interveio para destacar alguns dos prémios que a autarquia conquistou recentemente: segundo ano consecutivo com o prémio "Município Amigo do Desporto", galardão este que procura reconhecer e promover as boas práticas ao nível da questão do desporto nos municípios portugueses; pelo oitavo ano consecutivo, a Lousã recebeu a bandeira "Autarquia Mais Familiarmente Responsável ", galardão este que é o fruto de um conjunto de medidas estratégicas tomadas pela autarquia, destacando o apoio social escolar, apoio a alunos com necessidades educativas especiais, o transporte e as refeições escolares, o apoio à aquisição de material de livros escolares, férias ativas, apoio financeiro a clubes, associações e instituições; a Lousã foi também distinguida no índice na presença da Internet das Câmaras Municipais, tendo ficado num universo de trezentos e oito municípios no "*top ten*", no critério da acessibilidade, da navegabilidade e facilidade de utilização, importante reconhecimento ao nível da transparência e da proximidade dos cidadãos, bem como a motivação para a utilização de novas tecnologias necessárias na modernização da administração pública; bandeira verde ECO XXI, onde o Município da Lousã, foi dos melhores posicionados a nível do distrito, tendo ficado no grupo de 79% no índice ECO XXI de dois mil e dezanove.----------

Sérgio Pedroso começou por expressar a sua satisfação e dar os parabéns ao Município, entidades envolvidas e restantes apoiantes pelo êxito alcançado na realização da Feira do Mel e da Castanha. Congratulou, ainda, o Município pelo alcatroamento da estrada de acesso ao Trevim que, citando: - "*só peca por tardia*", e aproveitou a oportunidade para dizer que a estrada da Lousã para a Castanheira de Pera, também, está a precisar de intervenção porque está bastante perigosa. Em relação à extinta freguesia de Vilarinho, assunto que vem sendo debatido nesta Assembleia Municipal, nomeadamente por **Joaquim Seco**, questionou o ponto de situação em que se encontra o processo de restituição do estatuto de freguesia e qual o empenhamento dos autarcas, uma vez que este assunto se reveste de primordial importância para as gentes da extinta freguesia de Vilarinho, citando: - "*à qual me orgulho de ter pertencido, nascido e criado.*" ----------

Joaquim Seco depois de cumprimentar a todos, fez um enquadramento das obras da ADIC – Associação da Defesa do Idoso e da Criança, dizendo que esta associação é um grande pilar social do concelho. Está, neste momento, com enormes objetivos e em fase de conclusão de obras para maio do ano de dois mil e vinte, e a partir daí haverá outro enorme investimento que rondará os cento e cinquenta mil euros. Disse ter conhecimento da proximidade da autarquia com a ADIC, no entanto, sublinhou que todos os apoios são fulcrais e por isso aquela instituição continua a precisar muito da colaboração do município. Agradeceu a **Sérgio Pedroso**, pela referência que fez ao processo de reaver o estatuto da Junta de Freguesia de Vilarinho. Confirmou que ao longo deste tempo muito se tem falado deste assunto, porque não está bem, nem continua bem, e como tal, perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara**, para além da informação fornecida na última assembleia municipal, se tem mais alguma comunicação adicional que possa partilhar com a assembleia. A concluir, elogiou o último boletim informativo do Município da Lousã, dizendo que gostou do conteúdo e apresentação, está muito apelativo e felicitou a quem o elabora e coordena. ----------

Carolina Henriques interveio para se referir à Serra da Lousã, encarada como fonte de riqueza económica da região. Referiu o dinamismo patente na Aldeia do Xisto do Talasnal, nas práticas desportivas radicais como o Downhill, Trails e Rally de Portugal, entre outros. Afirmou que o PSD seria injusto se dissesse

que a Câmara Municipal não tem feito nada, mas, ainda assim, o Grupo Municipal do PSD, considerou que devia trazer esta reflexão à assembleia, acerca do turismo da Serra da Lousã e, em particular, os alojamentos locais. Disse que é notório que houve um crescimento muito grande nos alojamentos locais e isso deveu-se a visitantes nacionais e estrangeiros. A iniciativa privada está a fazer o seu trabalho, criando postos de trabalho, criando riqueza e alavancando a economia local e, por outro lado, desenvolvendo setores subsidiários do turismo, como a restauração, construção civil e outros. Desta forma, questionou onde entra a Câmara Municipal nesta realidade de turismo serrano, de que forma está a colaborar neste arranque sério e se acompanhou pedagogicamente a reconstrução arquitetónica e se houve apoio técnico, porque o Grupo Municipal do PSD, não vê nenhum. Questionou se a Câmara Municipal acompanhou a definição e ajustamento de espaços públicos das vias com logradouros e sinalização de trânsito na aldeia do Talasnal onde, efetivamente, existe uma congestão real que pode, inclusivamente, vir a criar muitos problemas de segurança e eventuais acidentes e incêndios que ali ocorram. Perguntou, também, se a Câmara Municipal acompanhou e propôs neste roteiro turístico que o Museu Etnográfico Manuel Louzan Henriques, funcione como motor, revitalizando-o e deixando de o considerar citando: - "*o parente pobre*", porque não o é, uma vez que encerra e mantém viva a identidade histórica do povo Lousanense e daquilo que serviu de origem. A Serra da Lousã passa a ser por si mesma um Eco Museu vivo, porque naquele património cultural é possível diversificar em muito. Devem ser incrementadas algumas medidas ou, pelo menos, algum apoio, nomeadamente, por parte da Câmara Municipal, o apoio ao alojamento local às diferentes Aldeias de Xisto, à restauração de moinhos, promover a criação de um parque de autocaravanas na serra com infraestruturas de apoio para desenvolver e promover um turismo menos massificado e mais fluído, a criação de formações para técnicos municipais, certificação de guias turísticos, exclusivamente, para as Aldeias de Xisto e implementar um circuito turístico com a frequência que se entenda por mais adequada para uma Serra da Lousã mais acessível a todos. Afirmou que o Grupo Municipal do PSD, propõe estas premissas porque acredita nelas e acredita na autodeterminação da Lousã em contexto nacional. ----------

Helena Correia usou da palavra para perguntar ao **Senhor Presidente da Câmara** a possibilidade de reposição de pavimento em algumas zonas da vila, destacando a Rua da Quinta de Santa Filomena, no Meiral, por estar bastante danificada. ----------

Joel Fernandes começou por desejar Boas Festas a todos e seguidamente, congratulou-se com a intervenção que foi feita na estrada de acesso ao Trevim. Disse que sabem que o Trevim, não só pelo que representa para todos os Lousanenses no seu imaginário, com a instalação do "baloiço" deu notoriedade nacional e internacional e tem sido por muita gente visitado. Recordou que o pedido de arranjo daquela estrada várias vezes veio a esta assembleia e o Executivo sempre afirmou que pretendia ter a colaboração das empresas detentoras dos espaços eólicos e assim foi concretizado pelo que se pode ler no boletim municipal. Sublinhou que foi uma intervenção muito importante dado tratar-se de um ponto de interesse turístico. Recordou que a Câmara Municipal já fez outros investimentos, como por exemplo as estradas de acesso às Aldeias do Xisto com um investimento superior a um milhão de euros e que permitiu que a atividade turística crescesse exponencialmente com toda a dignidade que se reconhece, as obras de requalificação do Castelo, entre outras. Acredita que a atividade turística tem condições de forte desenvolvimento com o incremento da Câmara Municipal e ainda de outros agentes privados. Deixou o pedido e alerta para que sejam criadas as melhores condições de segurança possível para circulação neste percurso importante de interesse turístico da estrada de acesso ao Trevim. ------

Ana Paula Sançana saudando a todos endereçou votos de Boas Festas e, seguidamente, referiu-se ao Metro Mondego que, disse, continuam à espera, sublinhando que são dez anos sem comboio. Afirmou que esperam que todas as notícias positivas relativamente a este investimento sejam levadas a bom porto porque, citando: - "*quando nós falamos da atratividade no Município não nos podemos só centralizar apenas nos incentivos fiscais e acessibilidades, temos outras coisas que fazem as pessoas pensarem: vale a pena viver na Lousã. Isto é Lousã!* " Realçou que o Metro é um assunto muito importante e outro assunto, igualmente, importante tem a ver com a questão da saúde. Recordou que na última sessão da Assembleia Municipal questionou o **Senhor Presidente da Câmara**, relativamente a uma situação que tinha acontecido

em Serpins, já com alguma recorrência e que se prendia com a falta de atendimento aos utentes por inexistência de médico de família, ao qual o **Senhor Presidente da Câmara**, na altura, manifestou que não tinha conhecimento, sendo que veio a público no Jornal O Trevim, de cinco de dezembro, que afinal não foram só episódios pontuais. Acabaram por saber que estão mais de mil e setecentos Lousanenses sem médico de família, porque a notícia veio a público. Afiançou conhecer pessoas que a única opção que têm à espera de médico de família, é esperar que alguém morra para ocupar a vaga, ou que alguém mude de concelho de residência e informe o Centro de Saúde que já não pertence àquele concelho. Disse que tem conhecimento de pessoas a viver na Lousã cujo médico de família continua a ser o da anterior residência, em outro concelho. Declarou que isto é algo que não pode acontecer, tanto mais que António Costa, em época de pré campanha eleitoral, veio dizer que até ao fim do ano teria 97% dos portugueses com médico de família. Disse que só tem dois reparos a fazer, o objetivo não tem que ser 97%, entendendo que não deve haver nenhum cidadão sem médico de família, porque todos pagam impostos e a saúde é um direito essencial. É um assunto que deve preocupar, sublinhou. Citando: - "*Um dia quando a transferência de competências na área da saúde for da responsabilidade do foro municipal, teremos que tentar perceber como será, já que a Direção Geral de Saúde não faz este investimento, há municípios que o fazem, para conseguir colmatar esta falta às pessoas que não têm médico de família*." Insurgiu-se contra o facto de uma pessoa residente em Serpins, ter que se deslocar às urgências a Arganil ou a Coimbra, sublinhando que a questão da saúde deve preocupar a todos, enquanto cidadãos. Disse compreender que não compete à Câmara Municipal resolver esta situação, contudo, e uma vez que afeta diretamente os munícipes, deve em muito preocupar a autarquia. Dizerem que vêm para a assembleia e só falam porque são oposição, não é verdade, porque isto é realidade e está escrito no jornal e existem pessoas, de facto, com esta limitação. Citando: - "*Além de que, compete à Assembleia Municipal, também, a todos nós, fiscalizar, é para isso que nós cá estamos, em primeira instância, nós só não conseguimos fiscalizar mais e estar mais atentos porque não temos meios, porque como vocês sabem, esta é uma situação que é de ter em consideração porque é*

uma questão de saúde". Por último e em jeito de "*desabafo*", referiu-se ao protocolo que foi celebrado, como foi referido na última assembleia, com uma associação de fora do concelho e que dá uso do espaço no parque escolar da responsabilidade da Câmara Municipal, mas as pessoas que estão a usufruir desse espaço colocam um anúncio no Facebook a dizer que alugam o espaço do campo sintético a partir de determinado horário. No seu entendimento, citando: - *"é gozar com o bem público. Já não estou a colocar em questão a Câmara Municipal, mas se esta paga a água e a eletricidade, eu não sei, estas pessoas estão a subalugar ou a subutilizar um espaço que foi cedido com um fim (...) desculpem, mas não posso concordar com isto, pronto. É só para vocês refletirem, se vocês podem estar de acordo com situações desta natureza, porque da parte de quem usufrui deste protocolo, é um bocadinho de falta de ética. "*----------

João Pedro Melo após os cumprimentos, endereçou os parabéns à Câmara Municipal pelo alcatroamento da estada do Trevim e disse ter conhecimento que foi um processo longo, demorado e com negociações difíceis, motivo pelo qual se congratula pela sua concretização.----------

O Senhor Presidente da Câmara, tomando a palavra e depois dos habituais cumprimentos, desejou a todos um Bom Natal e ótimo ano de dois mil e vinte, onde possam concretizar alguns objetivos pessoais e coletivos, nomeadamente, no que tem a ver com o desenvolvimento do concelho. ------

Seguidamente, associou-se ao Voto de Pesar pelo falecimento de José Mário Branco, realçando a pertinência do mesmo e informou a assembleia que relativamente aos outros dois Votos de Pesar, também a Câmara Municipal já teve a oportunidade de o fazer. ----------

Passando ao pedido de respostas, informou no que respeita à esterilização de animais e ao programa de esterilização animal de âmbito nacional, que a Câmara Municipal da Lousã, também apresentou candidatura a esse programa específico e, para além disso, tem contrato com uma Clínica Veterinária do Concelho para suportar os custos para esterilizações de animais, nomeadamente os que são levados para o canil municipal e todos aqueles que encaminhados pela Louzanimales são apresentados à Clínica Veterinária que está contratada para este efeito, onde a Câmara Municipal investe desde há alguns anos, anualmente, uma verba considerável para

controlar a população animal, mais concretamente: cães e gatos, adiantou ainda que a Louzanimales, usufrui, igualmente, de um apoio financeiro que está alocado para este mesmo objetivo específico. Sobre o Museu Carlos Reis, vulgarmente conhecido pelo Museu da Lagartixa, informou que é um dos polos do designado Eco Museu da Serra da Lousã, que contempla o espaço que é a Serra da Lousã e os equipamentos: Museu Etnográfico Louzan Henriques e o Museu Álvaro Viana de Lemos. No equipamento situado no lugar da Lagartixa que se designará Museu Carlos Reis, há duas situações distintas: as novas edificações estão concluídas e a Câmara Municipal encontra-se a desenvolver as diligências necessárias para o aproveitamento adequado daquele espaço para lhe dar funcionalidade com a brevidade que seja possível, atendendo à sua especificidade. No que diz respeito à Casa da Lagartixa, informou que a obra foi executada, exteriormente, já há algum tempo e, neste momento, encontra-se por executar a recuperação do interior para o qual a Câmara Municipal se encontra a desenvolver diligências no sentido de encontrar fonte de financiamento que permita concretizar este objetivo de beneficiação do interior. Acrescentou ainda que a Câmara Municipal vai realizando algum acompanhamento e monitorização dos edifícios procurando fazer a manutenção dos mesmos. Sobre a Ponte do Boque, disse que não desvalorizava a sugestão apresentada, mas o foco da Câmara Municipal é disponibilizar a infraestrutura para a população e, em tempo oportuno, a Comissão de Toponímia e o Executivo Municipal terão que analisar a sugestão apresentada. Relativamente à iluminação do Natal, informou que este ano não está a ser feita pela empresa que nos últimos anos realizava este serviço. Está a ser executada por duas entidades: Espectalustástico (Essential Fantasy, Lda) e NFA – audiovisuais; Fornecimento de equipamentos, nomeadamente, os enfeites e a outra entidade a montagem desses mesmos equipamentos. Sobre a empreitada de Valorização do Complexo da Senhora da Piedade, informou que tem várias vertentes, a que tem maior visibilidade, neste momento, é a instalação dos passadiços, cuja execução está a decorrer e os passadiços serão instalados conforme previsto pela Câmara Municipal. Sobre os dejetos de animais na via pública, confirmou que existe a possibilidade de aplicar multas e estas poderão ser aplicadas pela Câmara Municipal, no entanto, não existem os meios de

fiscalização para atuar de forma efetiva e em conformidade. Por outro lado, não se compreende que em pleno seculo XXI e com toda a informação existente, seja necessário usar de procedimentos tão severos, deveria haver bom senso, formação e civismo por parte dos detentores de animais e não ser necessário exercer este tipo de atuação. Adiantou que a Câmara Municipal tem andado a fazer algum trabalho, no sentido de informar e sensibilizar os donos dos animais relativamente aos procedimentos a observar quando circulam na via pública com os seus animais domésticos, nomeadamente, no que tem a ver com a preservação da salubridade dos espaços públicos. Agradeceu a **Marco Sequeira** pelas referências que fez na sua intervenção relativamente à atividade da Câmara Municipal. Reiterou dizendo que são reconhecimentos importantes e responsabilizadores, mas, concomitantemente, estimulantes para continuar a trabalhar para melhorar, ainda mais, o desempenho da autarquia nos vários domínios. Agradeceu as referências de **Sérgio Pedroso** e confirmou que a estrada Lousã – Castanheira de Pera, está devidamente identificada para intervenção, como ainda outras vias do concelho, no que respeita ao levantamento das necessidades de sinalização horizontal, será executado esse trabalho de acordo com as prioridades e possibilidades. Sobre a restituição da freguesia de Vilarinho, adiantou que, neste momento, não tem informações adicionais sobre o processo, esperando que para o próximo ano, depois da instalação do Governo e da aprovação do Orçamento de Estado, prioridade, neste momento, se possa voltar a atualizar esta informação junto dos responsáveis governamentais, sendo certo que da parte da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, já manifestaram, várias vezes, as suas posições e continuarão a desenvolver as diligências necessárias para que esta situação seja concretizada. Relativamente á ADIC, disse que a Câmara Municipal tem conhecimento das necessidades adicionais de investimento, tem acompanhado a evolução das obras e tem consciência da conclusão das mesmas e dos prazos previstos para implementação de serviços. Afirmou, ainda, que a Câmara Municipal tem reunido com regularidade com a direção e com o Presidente da instituição e, provavelmente, no próximo ano, a Câmara Municipal de acordo com o orçamento hoje presente à apreciação e discussão da assembleia, poderá acompanhar o esforço e contribuir

financeiramente para a realização dos trabalhos para a abertura daquele empreendimento. Relativamente ao Eco Museu da Serra da Lousã, recordou que é um projeto da Câmara Municipal desde há alguns anos, englobando diversas infraestruturas, nomeadamente, o Museu Etnográfico Louzan Henriques, onde a Câmara Municipal está a fazer um investimento financeiro e de valorização muito significativo, tornando-o muito mais apelativo e valioso pelo seu espólio e legado do seu patrono. Sublinhou que está em execução esse investimento e, nos primeiros meses do próximo ano, será reaberto com a valorização referida e como tal, citando: - "*aquele espaço não é um parente pobre, antes pelo contrário, é um ativo valioso.*" Disse que as constatações feitas por **Carolina Henriques** à Serra da Lousã, felizmente, não são de agora, são provenientes de um trabalho continuado por parte da Câmara Municipal. A rede das Aldeias do Xisto teve na sua génese um investimento municipal muito forte, com a criação de infraestruturas diversas como: caminhos e iluminação, posteriormente, passou à fase do investimento privado, com a criação de um Gabinete Técnico Local – GTL que definiu o que seriam as tipologias das intervenções a executar nas diversas vertentes públicas e privadas. A rede das Aldeias do Xisto, a Câmara Municipal, faz o acompanhamento aos agentes públicos e privados e dinamiza atividades e projetos de dimensão material e imaterial. Há um conjunto de investimentos muitos relevantes, efetuados pela Câmara Municipal com a captação de fundos comunitários, entre eles, a beneficiação das estradas de acesso às Aldeias do Xisto, concretizado no ano de dois mil e doze. Afirmou que foi essencial para que a Serra da Lousã, as várias aldeias e os agentes privados tivessem a partir daí, melhores condições para o desenvolvimento dos seus projetos e negócios. O acompanhamento à iniciativa privada é feito pela Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal de acordo com as normas do PDM e das orientações e filosofias do que são as Aldeias do Xisto e, para além disso, foram ainda aprovadas pela Câmara e Assembleia Municipal, cinco áreas de regeneração urbana que estipulam uma série de mecanismos de apoio e incentivo á recuperação do edificado privado, em cada uma das cinco Aldeias do Xisto do Concelho da Lousã. Quanto às infraestruturas, a Câmara Municipal, apresentou candidaturas que já foram aprovadas, através da APIN. Disse ainda que a partir do próximo ano e através desta Empresa

Intermunicipal, é possível melhorar o fornecimento de água nas cinco Aldeias do Xisto. Informou que já foram tomadas algumas medidas no que diz respeito à sinalização, circulação e estacionamento em várias aldeias e em particular, na Aldeia do Talasnal. Outras estão a ser planificadas e serão implementadas a partir do próximo ano. Tem sido feito um conjunto de iniciativas alargadas, desde visitas com promoção e visitas guiadas com grupos e agentes turísticos que têm resultado quer em promoção quer em captação de atividades, projetos e iniciativas diversas para a Serra da Lousã e para as Aldeias do Xisto. Informou ainda que é feito outro investimento com regularidade, com mais expressão nos últimos anos, é a realização das faixas de gestão de combustível, quer nas estradas de acesso, quer nas faixas de proteção às Aldeias do Xisto. Para além disto, disse que poderia enunciar um vasto conjunto de outras iniciativas que têm sido desenvolvidas pela Câmara Municipal. Sublinhou que este processo é fruto do investimento da Câmara Municipal, dos privados e de algumas associações que também dão o seu contributo na consolidação da oferta e potenciação do valor da Serra da Lousã, nas suas diversas vertentes: desportiva, paisagística, natureza, alojamento e de serviços que vão existindo pelas aldeias, cada uma com as suas caraterísticas e dinâmica. A Câmara Municipal tem estado atenta e tem feito uma reflexão sobre a necessidade por parte da iniciativa privada para uma regulação, quer em alojamento, serviços, e acesso rodoviário esperando tomar as medidas adequadas para promover um crescimento mais sustentável e sustentado do turismo na Serra da Lousã e, particularmente, às Aldeias do Xisto. Respondendo á **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho** sobre a reparação da Rua de Quinta de Santa Filomena, informou que é uma situação que está registada pela Câmara Municipal que procurará com a maior brevidade resolver a regularização do piso naquele troço. Reiterou as palavras proferidas por **João Pedro Melo** e **Joel Fernandes**, referindo-se à obra da estrada de acesso ao Trevim e reafirmou que foi produto de um trabalho longo, mas que foi possível concretizar aquele objetivo com financiamento através das empresas privadas, fazendo apelo à sua responsabilidade social num investimento que foi totalmente suportado pelas várias empresas que têm parques eólicos e que foi superior a duzentos e trinta mil euros. Relativamente às questões colocadas por **Ana Paula Sançana**,

começou por afirmar que todos concordam que a saúde é uma das questões principais para qualquer cidadão. Sobre a notícia veiculada na semana passada pelo jornal local, informou que não é a realidade do passado mês de setembro, e, como tal, reiterava toda a informação que prestou na última sessão desta assembleia. A descentralização de competências na área da saúde para as autarquias não abrange a colocação de recursos humanos na área dos médicos e enfermeiros. A lei preconiza apenas instalações, assistentes técnicos e assistentes operacionais. Sobre a situação em concreto o que se passou foi que uma médica da USF Trevim Sol pediu a sua desvinculação, que foi aceite e a sua substituição ainda não foi efetivada. De acordo com as normas de funcionamento das Unidades de Saúde Familiar - USF durante os primeiros noventa dias, estão obrigadas a organizar-se e dar resposta à totalidade dos seus utentes. Passado esse tempo, já não têm essa obrigatoriedade, motivo pelo qual suscitou a perturbação que foi referida. Adiantou que a substituição ainda não foi feita, mas a Câmara Municipal tem acompanhado a situação e tem feito várias diligências, mas até agora, sem resposta satisfatória, porque a substituição não se prevê para um curto prazo. Reconhece que não é bom e que a capacidade de resposta desta Unidade de Saúde está diminuída, mas tudo o que depender da responsabilidade da Câmara Municipal, será feito para que a substituição seja concretizada no mais curto espaço de tempo, a fim de ser reposta a normalidade do atendimento aos utentes. Informou que não é da responsabilidade da Câmara Municipal a gestão do campo sintético do parque escolar e as informações solicitadas sobre o assunto foram esclarecidas detalhadamente na última sessão desta assembleia, onde o assunto foi colocado, como tal, não se iria repetir por nada haver a acrescentar. Sobre esta matéria, adiantou que as responsabilidades da Câmara Municipal se desenvolvem ao nível do ensino básico e jardins-de-infância e aquela é uma escola com primeiro e segundo ciclo, onde a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE e o Agrupamento de Escolas da Lousã têm que prestar parecer. O aluguer do espaço até determinada hora, já existia antes com outras entidades e, como tal, não é uma situação nova. ----------

António José Gonçalves interpelou para solicitar mais esclarecimentos sobre as empresas, sem sede na Lousã, que vão fazer a execução de trabalhos de

iluminação de Natal. Reforçou a sua intervenção dizendo que não deixou de reparar que circulavam camionetes com a identificação de "Helenos", a prestar apoio a este serviço. Insistiu saber por que razão se entregou este serviço a empresas fora do concelho, que nem sequer tinham meios técnicos/logísticos para a execução dos serviços, quando na Lousã existe mais do que uma empresa em condições para os executar.----------

Ana Paula Sançana interveio, novamente, a fim de esclarecer conteúdos da sua intervenção. Disse que quando se referiu à transferência de competências do Governo Central para as autarquias, pretendia dizer que, se o Estado já se demite até nas suas competências na área da saúde, o que fará, no futuro, quando esta situação se concretizar em matéria de descentralização. Sublinhou que não disse que seria da responsabilidade da Câmara Municipal contratar médicos, acrescentou apenas, que a Câmara Municipal o poderia fazer, como outras autarquias o fizeram, o que é diferente. Frisou que não pretendeu insinuar que quando houvesse a transferência de competências, a responsabilidade seria da Câmara Municipal. Relativamente à questão do parque escolar, esclareceu que a sua afirmação se baseava no próprio Orçamento e GOP para o ano de dois mil e vinte não adiantando mais sobre o assunto. ----------

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu a **António José Gonçalves** que nenhuma das entidades é do Concelho da Lousã e a Câmara Municipal recorreu a entidades externas por falta de capacidade demonstrada pela empresa que tem feito, nos anos anteriores, este serviço, na Vila da Lousã. Disse que **Ana Paula Sançana** na sua retórica criou alguma confusão, nomeadamente misturando questões da responsabilidade ou não da Câmara Municipal e recordou que na última sessão da assembleia para além de ter sido prestada a informação solicitada, foi cedida informação escrita que evidenciava o exposto. Disse ainda que no seu entendimento, não vê o Estado demitir-se da sua responsabilidade em matéria de saúde. A situação é a necessidade de concretizar a substituição de médico na Unidade de Saúde Trevim Sol, pelo facto do médico indicado por esta USF não estar disponível no imediato. ----------

---

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira, (doc. nº 4 (quatro)). ----------

---

Inscrições: Joaquim Seco, João Pereira, Margarida Correia, Ana Paula Sançana, Dilene Gonçalves e João Pedro Melo.----------

Joaquim Seco interveio referindo-se à Ponte do Boque disse que a comunidade reconhece o grande empenho do município nesta obra. Sugeriu uma inauguração, entendendo que seria gratificante para as populações e autarquia. Perguntou ainda se existe prazo definido para começar a utilizar esta nova travessia e se o pontão, conhecido como "pontão debaixo da ponte do comboio" avança. ----------

João Pereira feitos os cumprimentos, formulou votos de Boas Festas a todos. Seguidamente, agradeceu à Câmara Municipal todos os esforços que tem feito pela concretização da obra da Ponte do Boque. Subscreve a sugestão de se fazer a inauguração da nova ponte. Disse que teve conhecimento de que a obra seria embargada, pelo que solicitou esclarecimentos sobre o assunto ao **Senhor Presidente da Câmara,** bem como as condições de circulação com segurança no piso metálico, com gelo.----------

Margarida Correia usou da palavra para se referir à realização da Feira do Mel e da Castanha que este ano contou com a edição comemorativa dos seus trinta anos. Independentemente da opinião pessoal de cada um, disse ser inegável que esta iniciativa foi um sucesso. Referiu que este ano contou com cento e sessenta e quatro expositores e trinta e duas mil entradas. Deu nota do impacto positivo direto e contributo que este evento traz para o reforço da identidade e da resiliência do Concelho da Lousã. Deixou ainda duas notas, que no seu entendimento são importantes: o apoio à certificação do produto e o lançamento da cerveja Lausus, felicitando todos os envolvidos na organização. Referiu o Programa de combustagem doméstica que foi lançado pelo Município dando continuidade à implementação de soluções diferenciadas e inovadoras no tratamento dos resíduos, novo programa de compostagem doméstica, onde os Lousanenses são desafiados e responsabilizados a ter um papel ativo neste processo. Este programa integra-se num conjunto mais vasto de ações com o objetivo de promover a

prevenção e valorização de resíduos, onde se insere, também, o projeto "Aldeias Resíduos Zero", outras medidas foram implementadas como os novos Eco Pontos e a viatura de recolha de resíduos adaptados aos Eco Pontos subterrâneos. Deu especial ênfase ao site "Recicle +" onde foi dado especial destaque a esta questão da combustagem e dispõe de muita informação, pelo que convidou a todos a consultarem este site que é muito interessante. Deixou o seu reconhecimento e agradecimento por este projeto, porque se trata de uma questão intergeracional. ----------

Ana Paula Sançana usou da palavra começando por afirmar relativamente à Feira do Mel e da Castanha que já teve oportunidade de dizer publicamente que não são todas as autarquias que têm esta preocupação com os produtos endógenos e os nossos recursos mais simples e valorizados. A autarquia da Lousã e o seu Presidente têm sido um motor importante para a alavancagem deste setor, e para os apicultores do concelho. Relembrou que a DOP tem dez concelhos e a Lousã, neste momento, é a única autarquia que tem uma feira única e exclusivamente de mel certificado no país e na área DOP. Afirmou que é bom sinal o espaço estar a ficar pequeno, significa que a Feira está a crescer e o número de visitantes também, e, pese embora as condições atmosféricas adversas, foi muito participada e por isso deu os parabéns ao Executivo Municipal e um agradecimento especial por todo este desempenho que tem sido dado ao longo dos trinta anos do mel na Serra da Lousã. Congratulou-se ao tomar conhecimento da beneficiação e ampliação do pavilhão desportivo nº 2, questionando o **Senhor Presidente da Câmara** mais esclarecimentos sobre esta intervenção.----------

Dilene Gonçalves solicitou ao **Senhor Presidente** que partilhasse com a assembleia as informações que considere mais relevantes quanto à reunião que teve com o ACP e sobre o projeto EEAGrants.----------

João Pedro Melo pediu ao **Senhor Presidente** para prestar as informações que entenda por convenientes sobre o ponto de situação das candidaturas: "Aldeias Resíduos Zero" e Controlo/erradicação de flora exótica invasora para conservação de habitats e espécies da Mata do Sobral.----------

---

Em resposta às questões colocadas ao Executivo, **o Senhor Presidente da Câmara**: ----------

Começou por agradecer as palavras proferidas sobre a Feira do Mel e da Castanha, e, relativamente ao espaço, informou que está a ser analisado e ponderada a forma de introduzir melhorias, porque já se vem notando esta exiguidade, especialmente, nestes dois últimos anos, em particular na área da gastronomia/tasquinhas. Adiantou que a solução não passará pela criação de um grande pavilhão para eventos, mas por outras que, como referiu antes estão em estudo. Relativamente à Ponte do Boque, conforme já teve oportunidade de dizer a munícipes residentes com maior proximidade à ponte, neste momento, a inauguração é a menor das preocupações. No entanto, caso se venha a concretizar, a Câmara Municipal assumirá essa responsabilidade e também se disponibiliza para custear a promoção do convívio, especialmente às pessoas daquela zona, como forma de agradecimento, colaboração e compreensão, pelo transtorno causado durante o tempo da execução da obra que está em curso. Sobre o prazo para começar a travessia da nova ponte, informou que estão a ser desenvolvidos todos os esforços para que possa ser possível ainda antes do Natal, mas não se compromete com data para a eventualidade de haver algum imponderável. Quanto ao pontão debaixo da ponte ferroviária, deu nota que está prevista a operação e faz parte da empreitada, será intervencionado logo que estejam concluídos os trabalhos da ponte e zona envolvente. Sobre o projeto da ponte e ao tipo de pavimento, informou que foi projetada por uma entidade credenciada para o efeito, por técnicos devidamente habilitados e especializados neste tipo de estruturas, nomeadamente o ITCONS, portanto a situação implementada foi prevista para circulação em segurança. Confirmou que é um facto que a Feira do Mel e da Castanha é um evento de dimensão nacional com evidência a vários níveis e é objetivo da Câmara Municipal continuar a potenciá-lo, introduzindo melhorias, no sentido de que cada vez mais, seja motivo de orgulho e valorização dos produtos endógenos com significado a nível comercial. A Câmara Municipal da Lousã e a Cooperativa Lousãmel têm desenvolvido uma parceria, nestes últimos tempos de maior dificuldade, para apoiar e estimular os apicultores a continuarem neste caminho. O projeto de combustagem é reputado de grande importância que teve agora o seu ponto de partida e os efeitos serão sentidos gradualmente. Existem objetivos bem identificados, mas

para além de metas, a componente da formação e sensibilização da população e em particular dos mais novos é muito importante. As obras no pavilhão nº 2 comtemplam quatro novos balneários no espaço lateral do pavilhão, requalificação de dois balneários existentes que será executada depois dos quatro novos balneários concluídos, alteração para iluminação LED e instalação de painéis solares para aquecimento de água através de energia solar. O projeto EEAGrants é intermunicipal, financiado com Fundos Noruegueses e tem como objetivo a intervenção no Rio Ceira, em troços existentes em quatro concelhos, indo de jusante para montante da Lousã, Góis, Arganil e Pampilhosa da Serra, envolvendo ainda outras entidades da Região, como a Agência Portuguesa do Ambiente, Escolas do Ensino Superior, o Ministério do Ambiente e a Estrutura de Missão deste Fundo Norueguês, em Portugal. O objetivo principal é a implementação de medidas para mitigar os impactos das alterações climáticas e regularização do leito, reabilitação de infraestruturas: açudes e outros e, se possível, ainda outras intervenções que permitam valorizar ambiental, cultural, com a reabilitação de moinhos e outros, e turisticamente, o Rio Ceira, em cada um dos concelhos. A reunião com o ACP teve a ver com a confirmação da realização da classificativa da Lousã, do Rally de Portugal, em vinte e dois de maio do ano de dois mil e vinte. Sobre o projeto "Aldeias Resíduos Zero" deu conhecimento que é um projeto piloto com início da Aldeia da Cerdeira, que se insere no investimento que tem vindo a ser feito na área dos resíduos. O Controlo/erradicação de flora exótica invasora para conservação de habitats e espécies da Mata do Sobral, é um dos projetos da área do ambiente e florestal.----------

---

O Senhor Presidente da Mesa em nota prévia informou que relativamente aos pontos da Ordem de Trabalhos nºs 2, 3 e 4, conforme ficou acordado em Reunião de Conferência de Representantes, realizada no passado dia dois de dezembro corrente, seria apresentada uma lista única com o (s) nome (s) que seria/serão designado (s) ou eleito (s), conforme cada caso, para tomarem parte em cada uma das entidades indicadas. Informou, ainda, a constituição das respetivas listas e, de seguida, solicitou a distribuição dos boletins de voto, pela 2ª Secretária da Mesa da Assembleia, **Maria Aldina Martins**, onde cada membro exerceu a sua intenção de voto com: SIM, NÃO ou em BRANCO. O 1º

Secretário da Mesa da Assembleia, **Mário Maduro**, procedeu à chamada dos membros, a fim de colocarem o seu voto na urna e após cada votação, foi feita a contagem dos votos pelos Secretários da Mesa: **Mário Maduro** e **Maria Aldina Martins**.----------

---

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

2 - Designação de quatro representantes das Freguesias do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o quadriénio de 2017/2021, (doc. nº 5 (cinco)).----------

O Senhor Presidente da Mesa informou que esta votação é para a designação de quatro representantes das Freguesias do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o quadriénio de 2017/2021. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – doc. nº 5 (cinco)). ----------

Feita a contagem dos votos a lista apresentada foi aprovada com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. ----------

---

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

3 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal da Educação da Lousã, (doc. nº 6 (seis)).----------

O Senhor Presidente da Mesa informou que esta votação é para eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal da Educação da Lousã. Feito igual procedimento, procedeu-se à contagem dos votos da lista apresentada com o nome da **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, Maria Helena Gomes Correia**, tendo sido aprovada com vinte e dois votos a favor e três votos em branco.----------

---

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

4 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de um substituto, nos termos do nº 2, do artigo 6º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.----------

O Senhor Presidente da Mesa apresentou a lista única que por ser extensa se dá por integralmente reproduzida, ficando arquivada em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 7 (sete)). ----------

Feito igual procedimento, procedeu-se à contagem dos votos da lista apresentada, tendo sido aprovada com vinte e três votos a favor, um voto em branco e um voto contra.----------

---

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

5 - Tomada de posse de membro do Conselho Municipal de Segurança, de acordo com o artigo 13º do respetivo Regulamento.----------

O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao 1º Secretário da Mesa para proceder nos termos do artigo 9º da Lei nº 33/98, de 18 de julho, na redação dada pela Lei nº 106/2015, de 25 de agosto, à tomada de posse do membro convocado para integrar o Conselho Municipal de Segurança, aprovado em sessão ordinária de doze de fevereiro do ano de dois mil e dezanove. Foi lavrado documento em Auto de Posse em nome da Presidente de Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, **Maria Helena Gomes Correia**, que faz parte integrante desta ata, que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 8 (oito)). ------

O Senhor Presidente da Mesa apresentou cumprimentos à conselheira **Maria Helena Gomes Correia**, que tomou posse e formulou votos de bom trabalho. --

---

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

6 - Apreciação e votação para autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais para o ano 2020, sob proposta do Executivo, (doc. nº 9 (nove)).----------

Inscrições: Não houve.----------

Colocada à votação, o pedido de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais para o ano de dois mil e vinte, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos.----------

---

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

7 - Apreciação e votação da proposta de isenção de taxas municipais, no ano de 2020, até ao valor anual de EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros), sob proposta do Executivo, (doc. nº 10 (dez)). ----------

Inscrições: Não houve.----------

Colocada à votação, a isenção de taxas municipais, no ano de dois mil e vinte, até ao valor anual de EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros), sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos.----

---

PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

8 - Apreciação e votação da 4ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, sob proposta do Executivo, (doc. nº 11 (onze)).----------

Inscrições: Conceição Loureiro. ----------

Conceição Loureiro usou da palavra para em nome da CDU, salientar mais uma vez, a insuficiência de verba que é destinada ao saneamento, mas não deixou de referir que existem outros setores que são muito relevantes, nomeadamente: a cultura, o apoio à sustentabilidade ambiental e apoio à família que estão bem orçamentados, razão pela qual vota favoravelmente.--

O Senhor Presidente da Câmara em resposta à questão, colocada por **Conceição Loureiro**, confirmou a diminuição de verba na área do saneamento, informando que é uma situação deliberada, uma vez que a Câmara Municipal, deliberou no sentido de integrar a APIN e, nesse âmbito, já foi elaborada uma candidatura e serão feitos outros investimentos dessa área, através de candidaturas apresentadas por aquela empresa intermunicipal, a partir do próximo ano. Recordou que esta situação foi assumida e evidenciada aquando do Orçamento para este ano, até pela impossibilidade de fundos comunitários para intervenção individualizada do Município da Lousã. Sublinhou que esta revisão é em baixa de redução da dotação orçamental de algumas rubricas em função da evolução dos projetos ou as obras até agora e da previsão existente até ao final do exercício do ano económico. ----------

---

Colocada à votação, a 4ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos.----------

---

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

9 - Apreciação e votação da autorização de assunção de compromissos plurianuais no procedimento de empreitada de requalificação do Cineteatro da Lousã, sob proposta do Executivo, (doc. nº 12 (doze)).----------

Inscrições: António José Gonçalves.----------

António José Gonçalves interveio para dizer que o Grupo Municipal vota favoravelmente esta proposta, mas espera, citando: - "*que se tenha sorte com a empresa a quem se adjudica a empreitada de requalificação do Cineteatro da Lousã, porque aquele espaço cultural está fechado e, merece muito mais, do que ser armazém das iluminações de natal.*"----------

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Executivo deseja o mesmo que **António José Gonçalves**, contudo, trata-se de um processo de concurso público, que está a decorrer. Existiram várias empresas a consultar o processo, algumas apresentaram pedidos de esclarecimento adicionais, o que provoca, desde logo, suspensão de prazo. Neste momento, o prazo limite para apresentação de propostas de empresas interessadas na realização da obra é dois de janeiro do ano de dois mil e vinte. Deu ainda nota que dentro da capacidade de intervenção da Câmara Municipal têm sido feitas todas as diligências no sentido de executar a empreitada de requalificação, entendendo-a importante valorizar como equipamento cultural.----------

---

Colocada à votação, a autorização de assunção de compromissos plurianuais no procedimento de empreitada de requalificação do Cineteatro da Lousã, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos.----------

---

PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

10 - Apreciação e votação da proposta de Acordo de Financiamento para o exercício da competência de exploração do serviço público de transportes de passageiros, sob proposta do Executivo, (doc. nº 13 (treze)).----------

Inscrições: Não houve.----------

Colocada à votação, a proposta de Acordo de Financiamento para o exercício da competência de exploração do serviço público de transportes de passageiros, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos.----------

---

PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

11 - Apreciação e votação da proposta de aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, sob proposta do Executivo, (doc. nº 14 (catorze)).----------

Inscrições: Não houve.----------

Colocada à votação, a proposta de aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos.----------

---

PONTO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

12 - Apreciação e votação da proposta do Estudo Lousã - Horizonte 31, sob proposta do Executivo, (doc. nº 15 (quinze)).----------

Inscrições: Aires Ventura e Luís Martins. ----------

Aires Ventura usou da palavra começando por sugerir á Mesa que os documentos que sejam extensos como estes, sejam remetidos aos membros desta assembleia com maior antecedência, a fim de poderem ser lidos e analisados com mais acuidade e pormenor. Relativamente ao estudo apresentado levantou diversas questões, nomeadamente, cito: - "*Para potenciar o desenvolvimento da Lousã é rejeitar apostas em monoculturas*",

disse que em sua opinião, há demasiadas terras agrícolas ocupadas com viveiros de árvores, esta produção como é feita de forma intensiva utiliza vários produtos químicos, ocorre num grande impacto ambiental embora desconheça a percentagem de terrenos ocupados no Concelho da Lousã, mas disse que por onde passa vê muitos terrenos agrícolas ocupados por este tipo de produção. Perguntou se o Executivo Municipal dispõe de algum levantamento sobre a área ocupada, e, no seu entendimento, é uma questão que deveria ser pensada. Outra questão é sobre a vertente cultural como forma de potenciar o desenvolvimento da Lousã, principalmente em termos de turismo cultural, disse que se refere a uma reportagem que anda a passar na RTP, sobre os museus menos conhecidos a nível nacional. Perguntou se a Lousã foi contemplada com a divulgação de algum dos museus nesta reportagem. Outra questão levantada no estudo e representada no "Quadro síntese das fraquezas e ameaças" é a acessibilidade ferroviária (linha da Lousã encerrada). Perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** o que tem a dizer sobre estes aspetos apresentados uma vez que esta questão está afastada da indicação prestada no estudo. Acrescentou ainda que, uma vez que este documento já foi aprovado pela Câmara Municipal e agora irá ser aprovado pela assembleia, a questão da linha ferroviária deveria voltar a ser colocada, porque o Senhor Ministro Nuno Santos veio defender a linha ferroviária e, inclusivamente, levar o comboio dentro das cidades, não ficar pelas redondezas. Disse que outra questão que o estudo refere é a transparência municipal dizendo que a Lousã se encontra no nonagésimo primeiro lugar no ranking, pelo que agradecia saber qual a posição que a Câmara Municipal tem a informar face a estas considerações. ----------

Luís Martins interveio dizendo que a apreciação deste Estudo – "Lousã, Horizonte 31" foi concebido como plano estratégico, solicitado pelo Município da Lousã e elaborado pela Universidade de Coimbra com uma projeção de médio e longo prazo. Foi um trabalho estruturado em cinco capítulos, tendo em consideração a realidade do concelho, o seu potencial natural e humano, a sua inserção no território e as expectativas que têm os seus habitantes que aqui residem. Resumindo a fim de se entender o grau de importância e o objetivo deste estudo, referiu: O Capítulo 1 – "Quadro Conceptual e Metodologia:" trata do planeamento estratégico, visa definir e realizar um

projeto de concelho reforçando a competitividade, melhorando a qualidade de vida de todos os cidadãos. Coordenar a atuação pública e privada e estabelecer um quadro coerente de mobilização e cooperação de todos os atores com relevância no território. No Capítulo 2 – "Enquadramento Territorial e Estratégico". Faz uma análise das redes de acessibilidades, análise geográfica, hidrográfica, meteorológica e também uma análise demográfica. No Capítulo 3 – "Caraterização temática do Concelho" aborda temas com relevância que vai desde a habitação, saúde, educação, turismo, e o ambiente. No Capítulo 4 – "Leitura Prospetiva" onde faz uma síntese do diagnóstico, são apresentados os vetores de inovação e competitividade e os desafios do território. A síntese do diagnóstico analisa as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças do Município. O Capítulo 5 – "Visão estratégica de Desenvolvimento" diz que em termos de missão e de ambição política de desenvolvimento, para as próximas décadas, a Lousã, deve assumir-se como um território de criação de valor e emprego, numa lógica de fixação de pessoas, um território de inclusão, solidariedade e coesão. Um território de sustentabilidade ambiental e um território de governação democrática, participada e eficiente. Deu ainda ênfase às considerações finais deste estudo que apela para a participação ativa e informada de todos, sendo elas instituições públicas, privadas, empresas, associações locais e população. Concluiu a sua intervenção dizendo que será da responsabilidade da assembleia além de votar este documento, contribuir na participação ativa do mesmo.----------

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra realçando o texto da proposta e enfatizando o enquadramento de metodologia, estruturação e objetivos relevantes para o concelho, apresentado por **Luís Martins**. Informou, ainda, que este documento é trazido agora à assembleia, mas está sempre em aberto. Convidou toda a assembleia a apresentar contributos que entendam pertinentes, sugestões e que suscitem questões que entendam relevantes no sentido de poder complementar e enriquecer este Estudo. Deu nota que, embora dinâmico, o documento terá um momento de atualização mais substantivo em dois mil e vinte e um, a partir do momento em que forem conhecidos com maior segurança e objetividade as prioridades de financiamento de intervenção relativamente ao próximo ciclo de fundos

comunitários e também, em termos de alguns dados de base de suporte a este estudo fornecido em dois mil e vinte e um data em que ocorrerá os Censos, realizados pelo INE. Recordou que o início de elaboração deste estudo foi em dois mil e dezasseis e disse que a Câmara Municipal, em algumas áreas tem procurado seguir as orientações presentes neste documento. Em resposta a **Aires Ventura** informou que não dispõe de dados concretos da ocupação de terrenos para a exploração de viveiros no Concelho da Lousã, mas, confirmou que existem várias unidades de exploração nesta atividade. Sobre a reportagem na área da Cultura, afirmou que se trata de uma reportagem do canal referido e, até ao momento, o Concelho da Lousã não foi contemplado com essa abordagem. Reforçou, no entanto, dizendo que a Câmara Municipal está a fazer um esforço no Museu Etnográfico Louzan Henriques, e procurará que existam também investimentos de valorização em outros espaços culturais, no sentido de os tornar mais apelativos e visitados, valorizando as coleções que existem em cada um dos espaços. A aposta na cultura tem sido evidenciada nos últimos orçamentos quer em equipamentos públicos ligados à cultura, quer no apoio que vai sendo prestado e que se pretende que evolua. Sobre as ameaças, disse que é exatamente isto que se pretende, ou seja, que o documento identifique as questões com clareza e elenque aquilo que as pessoas entendem como ameaça, e, de facto, é um ponto fraco e menos positivo a suspensão do serviço ferroviário que aconteceu ao Concelho da Lousã e aos Concelhos de Miranda do Corvo e Coimbra para a instalação de um novo serviço que até ao momento não foi concretizado. Confirmou esta fraqueza e disse que o Executivo Municipal não o nega e por isso é que continua a lutar para que seja implementado um novo sistema de transporte que seja colocado ao serviço das populações com a maior rapidez possível. Relativamente às declarações do Senhor Ministro Pedro Nuno Santos, esclareceu que se referem a uma visão estratégica que ele pretende implementar de valorização da ferrovia onde for possível fazer a valorização ferrovia, neste caso concreto, o que está a ser desenvolvido, é a implementação de um sistema de transporte coletivo que se designa Metro Bus qualificado e adaptado a esta região e é isto que o Governo está a trabalhar e a Câmara Municipal continua confiante no calendário apresentado e espera que em dois mil e vinte, seja um ano em

que os cidadãos comecem a acreditar, porque irão ver no terreno obra a ser executada. Adiantou, ainda, que também já está resolvida a questão do Ramal Urbano da Cidade de Coimbra e portanto existem condições para lançamento de concursos, respeitante a Alto de S. João – Coimbra B, e o trabalho tem estado a ser desenvolvido e a candidatura para mobilizar os fundos comunitários de acordo com o compromisso assumido foi apresentada no passado dia dois de dezembro. Deixou evidente que deseja que seja um modelo de transporte que possa servir de exemplo e que possa até vir a ser replicado para outras zonas do país. Sobre a transparência municipal, em termos de governança, o estudo aponta no sentido de desafiar e estimular a Câmara Municipal a evoluir neste sentido e é o que vem sendo feito. Neste momento, o lugar no índice de transparência municipal já é mais positivo que este indicado no documento que é datado do ano de dois mil e dezasseis. Afirmou que é muito bom resultado estar em nonagésimo primeiro lugar num universo de trezentos e oito municípios, embora a perspetiva seja sempre melhorar. Recordou que ainda existem outros mecanismos de transparência municipal, como a presença do município na internet e a facilidade de acesso das pessoas à informação. Sublinhou que não se trata de um plano para a Câmara Municipal, mas antes, para o Concelho, daí o contexto de propostas ser mais alargado. ----------

---

Colocada à votação, a proposta do Estudo Lousã - Horizonte 31, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos.----

---

PONTO TREZE DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

13 - Apreciação e votação do Orçamento, das Grandes Opções do Plano 2020, sob proposta do Executivo, (doc. nº 16 (dezasseis)). ----------

Inscrições: Luís Martins, Sérgio Pedroso e Dilene Gonçalves. ----------

Luís Martins usou da palavra dizendo que é um orçamento que mantém a linha de política com grande investimento nas Funções Socias. Representa cerca de 63, 77% das Grandes Opções do Plano. Na análise resumida do plano, destacou nas Funções Gerais – a Loja do Cidadão e a previsão de substituição de uma ambulância de emergência médica. Nas Funções Sociais,

e dando continuidade ao trabalho realizado em anos anteriores, destacou os Serviços Auxiliares de Ensino com um peso de 11%, no valor das GOP, sendo uma rubrica de grande relevo para as famílias Lousanenses. Os transportes escolares, as refeições confecionadas para o Pré-Escolar e 1º Ciclo e o Apoio ao Prolongamento do Pré-Escolar e 1º Ciclo e as Atividades Complementares de apoio às famílias. Também a Ação Social que é efetuada e elencada neste plano. No Ordenamento do Território que ocupa 28,03% das GOP, destacou a regeneração urbana, onde está programado um investimento superior a três milhões de euros. Os programas de Saneamento, Abastecimento de Água e Resíduos Sólidos, deixam de ter expressividade neste orçamento, fruto da transferência dos mesmos para a APIN – Empresa Intermunicipal. Na Cultura, inúmeros projetos, com ênfase na requalificação do Cineteatro da Lousã. Nas Funções Económicas: na Agricultura, Pecuária e Silvicultura, destacou três rubricas que serão: o Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, o Plano de Gestão Integrada da Serra da Lousã – Mata do Sobral e a Defesa da Floresta Contra Agentes Bióticos e Abióticos. No Turismo, destacou o investimento na valorização do Complexo da Senhora da Piedade, o Mundial de Rally de Portugal 2020 e o Campeonato do Mundo de Downhill. Em Outras Funções, destacou as Transferências entre Administrações, Juntas de Freguesia e outras instituições públicas num valor superior a trezentos e trinta e seis mil euros. ----------

Sérgio Pedroso interveio em nome do Grupo Municipal do PSD, dizendo que considerando a transferência dos Serviços de Águas, Saneamento e Resíduos Urbanos para a APIN, se verifica uma diminuição no valor de um milhão quinhentos e cinquenta e quatro mil duzentos e seis euros com gastos na aquisição de bens e serviços. Porém, em relação aos gastos com pessoal se verifica que entre os dois últimos orçamentos, a despesa corrente com o pessoal aumenta duzentos e trinta e nove mil duzentos e oitenta e nove euros – 5,6%. Perguntou, por isso, qual o destino desta verba e a despesa com o pessoal que estava afeto ao setor e, também, qual o destino da afetação dos equipamentos que se encontravam associados a estes serviços e que são propriedade da Câmara Municipal. Quanto à estrutura do mapa do orçamento da receita e da despesa, verifica ser taxativa a rubrica de "Outros" em prejuízo de outras rubricas agregadoras de valores menores, como

exemplo, enunciou um extenso conjuntos de diversos códigos das classes económicas do orçamento dizendo que estão na presença de uma parte significativa da despesa que não é convenientemente explícita. Destacou na Despesa – com a rubrica 0102/ 07010307 – "Outros", onde o montante se situa em EUR: 1.540.500.00 (um milhão quinhentos e quarenta mil e quinhentos euros, por parecer um valor estranhamente elevado. Em relação aos Impostos Diretos, afirmou que regista um acréscimo de previsão no valor de oitenta e seis mil duzentos e setenta euros, no entanto, em relação ao IMI verificou uma diminuição em relação ao orçamentado no ano anterior em cerca de vinte e nove mil euros, sabendo que a taxa deste imposto se mantém o Grupo Municipal do PSD continua a afirmar que é bastante gravoso para as famílias Lousanenses e perguntou a que se deve esta diminuição. Disse ainda que não é demais continuarem a debater a situação do IMI no Concelho da Lousã, uma vez que observam todos os dias os concidadãos a referirem-se à desigualdade que enfrentam em comparação com outros Concelhos, nomeadamente, Coimbra, sede de distrito, em que este imposto é mais baixo e até Vila Nova de Poiares, pela voz do Senhor Presidente que já se disponibilizou a baixar este imposto. Sendo certo que o município vai beneficiar da redução significativa da despesa com a Água, Saneamento e Resíduos, disse que seria oportuno e benéfico para a população a redução efetiva deste imposto. Quanto ao Metro Bus, o Grupo Municipal do PSD espera que seja uma realidade para o início do ano de dois mil e vinte, como é referido, sem no entanto ter de denunciar que é com muita tristeza que o concelho tem ficado sem transporte ferroviário durante dez anos e esta triste solução tenha demorado tanto tempo a ser implementada. Em relação ao Mercado Municipal, disse que o PSD não consegue decifrar se consta do orçamento e deixou a pergunta se não se vai concretizar esta obra já anunciada, tanto mais que é uma bandeira política deste Executivo. A pergunta veio no sentido de não estar mencionado neste orçamento, a requalificação do Mercado Municipal e constar a requalificação do Cineteatro da Lousã, que até já fazia parte do orçamento anterior. A concluir disse que se congratulam com a inserção da dotação orçamental para a Construção do Centro de Acolhimento Animal, proposta vencedora do orçamento participativo do ano de dois mil e dezassete e da proposta

vencedora AquaLousã do orçamento participativo do ano de dois mil e dezanove, obras que esperam que se concretizem sem no entanto referir que o valor dos orçamentos participativos nada tem a ver com o orçamento da obra efetiva. ----------

Dilene Gonçalves interveio dizendo que o orçamento para o ano de dois mil e vinte, em relação ao orçamento para o ano de dois mil e dezanove, apresenta um aumento expressivo, na ordem de um milhão trezentos e sessenta mil duzentos e sessenta e seis euros, traduzindo o dinamismo da gestão autárquica, uma vez que tem subjacente a concretização de importantes investimentos, nomeadamente na regeneração urbana de vias, espaços e equipamentos públicos, dos quais é importante salientar o Cineteatro. Afirmou que o valor global deste orçamento é de EUR: 18.576.613.00 (dezoito milhões quinhentos e setenta e seis mil seiscentos e treze euros). Disse que este orçamento reflete ainda a delegação na APIN – Empresa Intermunicipal do Ambiente e do Pinhal Interior, das atividades das áreas de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos. Salientou que em resultado desta delegação a receita corrente decresce 11,58%, ou seja, EUR: 1.524.662.00 (um milhão quinhentos e vinte e quatro mil seiscentos e sessenta e dois euros). Na área das despesas, a aquisição de bens e serviços diminui 23,81%, isto é, EUR: 1.554.206.00 (um milhão quinhentos e cinquenta e quatro mil duzentos e seis euros). Deixou ainda algumas notas relativamente ao orçamento apresentado: os Impostos Diretos aumentam 2,75%, em resultado do aumento da cobrança de IUC, IMT e Derrama. Os Impostos Indiretos diminuem 104,72%. As despesas com o pessoal representam 40,98% da despesa corrente, enquanto no orçamento para o ano de dois mil e dezanove, tinham um peso de 34,95%. Este aumento reflete o descongelamento total das carreiras da função pública que no ano de dois mil e vinte, irá acontecer por completo e a alteração das remunerações nas carreiras dos bombeiros municipais. O orçamento para o ano de dois mil e vinte cumpre a regra de equilíbrio financeiro, legalmente definido, e a sua execução irá permitir concretizar investimentos relevantes, sem colocar em causa o equilíbrio económico e financeiro do município.----------

O Senhor Presidente da Câmara começou por salientar o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores da Câmara Municipal mais envolvidos na

elaboração deste documento. Seguidamente e de forma sucinta deu nota dos dados mais relevantes deste documento: disse que o orçamento é marcado por algumas questões que foram referidas anteriormente, nomeadamente a entrada em funcionamento da APIN que será mais sentida ao nível da gestão e orçamento. Também é marcado pela regeneração urbana com maior expressão no próximo ano, em termos de intervenção física em vários espaços e equipamentos e a execução financeira dessas mesmas obras. Paralelamente, disse que se mantem uma das principais fatias do orçamento destinada às Funções Sociais, no investimento desde os mais jovens à população sénior. Há reforço em várias áreas, nomeadamente Floresta, Proteção Civil e Cultura. Em resposta às questões suscitadas esclareceu dizendo que algumas das questões foram respondidas nas intervenções de **Sérgio Pedroso** e **Deline Gonçalves**. O que decorre do aumento da despesa com pessoal e que já se verificou este ano diz respeito a progressões, descongelamento de carreiras, da atualização do salário mínimo, reclassificação e atualização salarial dos trabalhadores da Câmara Municipal que prestam serviço nos Bombeiros Municipais. O destino dos equipamentos e questões operacionais com a entrada em funcionamento da APIN, segundo o interesse e avaliação, alguns irão transitar para a empresa intermunicipal, outros, por interesse próprio da autarquia, vão manter-se. Relativamente aos Impostos, disse que é uma questão sempre suscitada. Confirmou que os Impostos Diretos aumentam, em função de outros impostos, não do imposto do IMI. Sublinhou que desde o ano de dois mil e catorze até ao ano de dois mil e dezoito, tem havido um decréscimo desta receita que se prevê manter-se no ano de dois mil e dezanove. Sobre o imposto do IMI, reiterou o que já afirmou em outras intervenções, que independentemente da taxa do IMI no Concelho da Lousã ser maior, as pessoas não deixam por esse motivo de escolher a Lousã para viver em detrimento dos concelhos referidos. Sublinhou que mais do que isso, não houve decréscimo de procura para habitar no Concelho da Lousã, onde esta, é superior à oferta. Deu nota que o Mercado Municipal não é um objetivo imediato, porque as obras não se podem fazer todas ao mesmo tempo e o Cineteatro assume maior prioridade. Sobre o Metro Bus reiterou que continuam a trabalhar no sentido de concretizar a solução encontrada e deseja que haja obra no terreno o mais rapidamente

possível para que algumas das resistências e desconfianças existentes possam deixar de existir. Apesar de serem dez anos, recordou que cinco anos foram de governação do PSD e a "triste solução" começou a ser preconizada no final desse mesmo governo, quando a União Europeia, veio dizer que não havia outra solução e o próprio governo PSD/CDS apresentou uma solução, mas não a desenvolveu. Relativamente às questões do Orçamento Participativo, que como é do conhecimento público, resulta da iniciativa dos cidadãos, espera que no ano de dois mil e vinte se concretize o que está previsto. Concluiu dizendo que, tal como **Sérgio Pedroso**, não gosta deste modelo de orçamento, com este tipo de designação de rubricas, mas decorre do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, regulamentado por Decreto-Lei. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas, posteriormente, dado não dispor de mais elementos neste momento. Recordou que foram solicitados contributos a todas as forças políticas representadas na assembleia e foram apresentados uns do BE e outros do PSD e que, na medida do possível, foram acolhidos, alguns com maior expressão do que outros, mas o mesmo acontece no Executivo, não é exequível atender e acomodar todas as propostas e objetivos que cada um gostaria de atingir para os diversos pelouros que detêm. ----------

---

Colocada à votação o Orçamento, das Grandes Opções do Plano 2020, sob proposta do Executivo, foi aprovado por maioria com 19 (dezanove) votos favoráveis do PS e CDU, e 6 (seis) abstenções do PSD e BE quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos----------

---

PONTO CATORZE DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

14 - Apreciação e votação da proposta de alteração da estrutura orgânica municipal e do respetivo regulamento de organização dos serviços municipais, sob proposta do Executivo, (doc. nº 17 (dezassete)). ----------

Inscrições: Não houve. ----------

Colocada à votação, a proposta de alteração da estrutura orgânica municipal e do respetivo regulamento de organização dos serviços municipais, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 20 (vinte) votos a

favor do PS, CDU e BE, e 5 (cinco) abstenções do PSD, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos. ----------

---

PONTO QUINZE DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

15 - Apreciação e votação da proposta do mapa de pessoal resultante da alteração da estrutura orgânica municipal, aprovada pelo Órgão Executivo no dia 2 de dezembro, sob proposta do Executivo, doc. nº 18 (dezoito)).----------

Inscrições: Sérgio Pedroso.----------

Sérgio Pedroso interveio para solicitar esclarecimentos e clarificação do mapa de pessoal sobre os postos de trabalho existentes na secção de águas e higiene pública que, comparando com o orçamento apresentado está previsto um aumento. Considerando que esta secção fica extinta com transferência de pessoal para a APIN, questionou como se explica mais onze recrutamentos para os espaços verdes, totalizando trinta e um orçamentados para o ano de dois mil e vinte. Questionou ainda onde constavam os espaços verdes nos orçamentos anteriores. Em conclusão, e face às propostas e documentos apresentados, afirmou que não se ganha nada, em termos de pessoal, na sua transferência da secção de águas e saneamento para uma empresa intermunicipal. ----------

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que a alteração à estrutura orgânica tem como consequência a alteração ao mapa de pessoal e serviu para executar um melhor alinhamento dos trabalhadores afetos a cada um dos serviços. No que diz respeito a estas áreas operacionais, existe a previsão de lugares a ocupar, não significa que os lugares sejam preenchidos. Informou que o número de trabalhadores efetivos são os mesmos, estão alocados às áreas específicas onde estão a prestar trabalho e, eventualmente, no mapa anterior estariam integrados em outras áreas de atuação. Para já, neste mapa de pessoal mantém-se tudo inalterado com a criação de alguns serviços e divisões de organização interna. Em momento oportuno, irão existir trabalhadores que continuarão a ter o seu lugar cativo com vínculo no mapa de pessoal da Câmara Municipal, mas estarão a prestar serviço e a serem pagos e tutelados pela APIN, contudo, esta situação ainda não está refletida neste orçamento. Da área operacional e da área técnica

serão transferidos por acordo de cedência para a APIN, dez ou onze trabalhadores da Câmara Municipal. ----------

---

Colocada à votação, a proposta do mapa de pessoal resultante da alteração da estrutura orgânica municipal, aprovada pelo Órgão Executivo no dia dois de dezembro, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 20 (vinte) votos a favor do PS, CDU e BE, e 5 (cinco) abstenções do PSD, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos. ----------

---

PONTO DEZASSEIS DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

16 - Apreciação e votação da proposta de alteração à deliberação da Câmara Municipal de 16 de setembro e posterior deliberação do órgão deliberativo de 26 de setembro de 2019, referente à taxa geral de derrama para o ano 2020, em virtude de a deliberação municipal não estar de acordo com as instruções da Autoridade Tributária, sob proposta do Executivo, (doc. nº 19 (dezanove)). ----------

Inscrições: Sérgio Pedroso e Dilene Gonçalves. ----------

Sérgio Pedroso usou da palavra, citando: - "*concordamos que continue a existir a cobrança da taxa da Derrama que vinha sendo aplicada pelo município, às empresas, no entanto, denunciamos que é inadmissível a trapalhada com a deliberação respeitante à Derrama para dois mil e vinte*". --

Dilene Gonçalves tomando a palavra disse – citando: "*em relação a esta questão eu queria deixar aqui algumas notas. A Derrama incide sobre o lucro tributável, a taxa reduzida que nos é aqui proposta tem um impacto muito reduzido em termos de Derrama efetiva a pagar. Admitindo uma hipótese meramente académica, em que o volume de negócios seja no valor de cento e cinquenta mil euros, corresponde ao lucro tributável, isto representa uma Derrama a pagar de quinze euros. Efetivamente, esta não é a solução que o Executivo pretendia, não era a solução que esta assembleia queria, aliás, não foi nesse sentido que se decidiu em setembro, foi no entanto, a solução possível. A alternativa seria elaborar de forma apressada até ao final deste ano o Regulamento de Isenção de Redução de Impostos e de Outros Tributos, o que, atendendo à importância e à complexidade técnica do documento,*

considero que não seria uma boa opção. A solução encontrada reduzindo desta forma a taxa, nesta altura, penso que é a solução possível."----------

O Senhor Presidente da Câmara respondendo à questão disse que também o Executivo gostaria que esta situação não tivesse ocorrido. Contudo, e atendendo ao que está em causa, para fazer a isenção, é necessário elaborar um Regulamento que obriga a uma análise alargada relativamente a outras áreas de atuação da Câmara Municipal e ao seu adequado enquadramento. O Regulamento encontra-se, neste momento, em elaboração, e não existem condições técnicas para proceder à sua elaboração e aprovação de forma rápida, acrescendo o facto de ser uma realidade que atingiu outros concelhos, alguns dos quais com maior dimensão. Independentemente de tudo e tal como **Dilene Gonçalves** referiu se todos tivessem um lucro tributável de cento e cinquenta mil euros, haverá uma receita expectável residual, dado o número de empresas no concelho. Recordou que é um facto que a Derrama foi aprovada nos Órgãos Executivo e Deliberativo, no entanto, por alteração de legislação da Autoridade Tributária e por não existir ainda o referido Regulamento de Isenção de Redução de Impostos e de Outros Tributos, a solução é esta e tem um impacto insignificante. ----------

---

Colocada à votação, a proposta do mapa de pessoal resultante da alteração da estrutura orgânica municipal, aprovada pelo Órgão Executivo no dia 2 de dezembro, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 20 (vinte) votos a favor do PS, CDU e BE, e 5 (cinco) votos contra do PSD, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos. ----------

---

PONTO DEZASSEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

17 - Apreciação e votação da proposta de desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal de um troço de caminho sito Quintais do Freixo, sob proposta do Executivo, (doc. nº 20 (vinte)).----------

Inscrições: Não houve.----------

Colocada à votação, a proposta de desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal de um troço de caminho sito

Quintais do Freixo, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos.----------

---

O Senhor Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE. ----------

---

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em nome da Mesa endereçou a todos votos de um bom Natal e próspero Ano Novo.----------

---

Nada mais havendo a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e um horas e cinco minutos.----------

---

O Presidente da Mesa,

Carlos Alberto Seco Lopes

Carlos Seco

O 1º Secretário,

Mário Alves Maduro

A 2ª Secretária,

Maria Aldina Martins